



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

REQUERIMENTO Nº , DE 2024
(Do Sr. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ)

Requer a convocação da Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, a fim de que preste esclarecimentos acerca do encerramento das negociações por reajuste salarial dos professores federais, atualmente em greve, e da exigência de assinatura de um acordo até segunda-feira, 27 de maio.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219 e 117, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a **CONVOCAÇÃO** da Excelentíssima Senhora Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Sra. Esther Dweck, a fim de que preste esclarecimentos, à esta Comissão de Educação, acerca do encerramento das negociações por reajuste salarial dos professores federais, atualmente em greve, e da exigência de assinatura de um acordo até segunda-feira, 27 de maio.

JUSTIFICAÇÃO

Nos termos do art. 50, da Constituição Federal de 88, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer uma de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificção adequada.

Nesse sentido, conforme amplamente divulgado pela imprensa nacional¹, em e-mail encaminhado a sindicatos, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos rechaçou dar continuidade às negociações por reajuste salarial dos professores federais, atualmente em greve, e exigiu a assinatura de um acordo até segunda-feira, 27 de maio.

“O governo apresentou a sua proposta final [...] não restando, portanto, margem para a recepção de novas contrapropostas”, escreveu a pasta na mensagem distribuída na terça-feira, 21 de maio.

Foi uma resposta ao Andes (Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior), que na segunda, 20, decidiu manter a paralisação.

Em texto publicado em seu site, o Andes reagiu escrevendo que o e-mail “reforça o autoritarismo e a ameaça à greve de docentes federais”. Segundo o texto do Sindicato, o e-mail do Ministério ressalta interrupção unilateral das negociações por parte do MGI caso proposta não seja aceita:

“A mensagem, autoritária, ataca novamente o direito de greve das e dos docentes da Educação Federal, assim como o MGI já tentou fazer em 19 de abril. Na ocasião, na mesa de negociação com a bancada sindical, os representantes do governo apresentaram um termo que condicionava a continuidade das negociações ao encerramento das greves. Após denúncia das entidades sindicais, o ataque foi retirado. Ao afirmar que não há margem para novas contrapropostas, o governo interrompe unilateralmente o processo de negociação”, diz o comunicado do Andes.

A proposta citada pelo ministério, enviada no dia 15, prevê reajuste de 4,5% ao ano para 2025 e 2026. Os servidores, porém, pedem aumento já a partir deste ano. A

¹<https://oantagonista.com.br/brasil/sindicatos-acusam-governo-lula-de-tolher-direito-de-greve/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

categoria pede readequação de 7,06% em 2024, de 9% em janeiro de 2025, e de 5,16% para 2026.

Para Gustavo Seferian, presidente do Andes, o governo federal demonstra “imensa intransigência” nas negociações. “Nós queremos negociar e, caso a base da categoria entenda por apresentar uma nova contraproposta, será essa nossa ação no dia 27 de maio”, continuou, relativizando o ultimato dado pelo ministério de Esther Dweck.

Os membros do sindicato avaliam que a postura de Brasília fortalece o movimento grevista e enfraquece o discurso pró-educação da administração petista.

Professores de universidades, centros de educação tecnológica e institutos federais das cinco regiões do país iniciaram a greve no dia 15 de abril. Além da recomposição salarial, eles exigem investimentos nas instituições.

Diante deste contexto, fica evidenciado a preocupação deste parlamentar e desta Comissão diante ao cenário nebuloso que se apresenta no que diz respeito à greve dos profissionais da educação.. Portanto, exercendo o meu dever parlamentar e em defesa do povo brasileiro, assim como, diante da gravidade da situação, cabe convocar a presença da Ministra a fim de questioná-la minuciosamente para esclarecer o caso.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 2024.

Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ
(PL-SP)

